

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 288.668 - DF (2013/0019362-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **MARCELO FRANÇA DA SILVA**
ADVOGADOS : **ANTÔNIO TORREÃO BRAZ FILHO E OUTRO(S) - DF009930**
LUCIANO RIBEIRO REIS BARROS - DF021701
GUSTAVO GONÇALVES FERRER - DF037021
AGRAVADO : **PREMIÈRE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA E OUTROS**
ADVOGADO : **JACIARA VALADARES E OUTRO(S) - DF008826**
ADVOGADOS : **AFONSA EUGÊNIA DE SOUZA - DF014850**
JULLYANA NASCIMENTO PEREIRA - DF030830
LARISSA MOREIRA DA SILVA - DF038989
AGRAVADO : **PEUGEOT-CITRÖEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA**
ADVOGADOS : **SÍLVIA DA GRAÇA GONÇALVES COSTA E OUTRO(S) -**
SP116052
ANA CAROLINA DA SILVA DIAS - DF024788

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por MARCELO FRANÇA DA SILVA contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado:

"GARANTIA CONTRATUAL - DEFEITOS APRESENTADOS EM CURTO PRAZO - PERDAS E DANOS E DANOS MORAIS DEVIDOS.

1) Deve-se condenar por perdas e danos - na hipótese de o veículo adquirido apresentar defeitos em prazo coberto. pela - garantia, não decorrentes do desgaste natural das, peças ou uso inadequado do comprador.

2) Cabível condenação pôr danos morais quando há ofensa ao princípio da boa -fé objetiva e . da confiança, consistente na entrega de bem defeituoso ao consumidor, 'acrescida da má prestação de serviços por parte dá revendedora de . carros.

3) Recurso parcialmente provido." (fl. 409)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 446/452).

Opostos embargos infringentes, foram parcialmente providos, nos seguintes termos:

"EMBARGOS INFRINGENTES - DEFEITOS EM VEÍCULO ADQUIRIDO COM, ZERO QUILOMETRO - REINCIDÊNCIA DA NECESSIDADE DE CONSERTOS - INVERSÃO DO .ÔNUS DA PROVA DETERMINADA - VÍCIOS ORIGINÁRIOS DA FABRICAÇÃO DO BEM - RESSARCIMENTO, POR DANOS MATERIAIS - DANOS MORAIS - CARACTERIZAÇÃO.

1. Diante da conclusão de que os defeitos do veículo automotor são originários de sua fabricação, devem ser atribuídos à parte fornecedora na relação de consumo os custos com aluguel de veículo e pagamento de táxi despendidos pelo consumidor durante os períodos de conserto de seu carro, devendo o ressarcimento recair sobre os gastos devidamente comprovados.

2. A reiterada necessidade de realização de consertos em veículo adquirido, com zero quilômetro não se confunde com meros dissabores naturalmente esperados dos atos negociais rotineiros, o que viola direitos da personalidade do consumidor e gera direito a indenização por danos morais.

3. Embargos infringentes conhecidos e parcialmente providos." (fl. 505)

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação dos arts. 515 e 535 do Código de Processo Civil de 1973, e 14 e 18, § 1º, incisos I, II e III do Código de Defesa do Consumidor, 441 e 927 do Código Civil, e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que (a) o acórdão recorrido foi omissivo porque não se manifestou acerca da qualificação dos defeitos apresentados pelo veículo como sendo defeitos de fabricação, sobre os danos materiais ocorridos após a propositura da demanda, e sobre o direito de substituição do veículo ou restituição imediata do valor pago em face da recorrência dos defeitos; (b) é devida a substituição do veículo, a devolução imediata do valor pago, ou o abatimento proporcional do preço do veículo, nos termos do art. 18, § 1º, do CDC, uma vez que não foi obedecido o prazo legal de 30 para o reparo do defeito do veículo; (c) é devida a reparação por danos materiais sofridos após a propositura da demanda porque o veículo continuou a apresentar defeitos durante o curso do processo; e (d) os danos morais arbitrados são irrisórios e devem ser majorados.

Apresentadas contrarrazões às fls. 604/616.

É o relatório.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

Não prospera a alegada ofensa aos arts. 515 e 535 do Código de Processo Civil de 1973, tendo em vista que o v. Acórdão recorrido adotou fundamentação

suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. **Min. LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. **Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. **Min. CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

O Tribunal de origem concluiu que o veículo adquirido pelo recorrente apresentou reiterados defeitos de fabricação, sendo responsabilidade da recorrida ressarcir o consumidor pelos danos materiais e morais enfrentados, asseverando ainda não ser cabível a pretendida substituição por um veículo novo porque os vícios apresentados não são insanáveis e foram reparados dentro do prazo do art. 18, § 1º do CDC. Leia-se, a propósito, os seguintes trechos do acórdão da apelação e dos embargos infringentes, respectivamente:

*"Embora o primeiro encaminhamento do veículo à concessionária para reparo tenha ocorrido cerca de oito meses após a percepção dos alegados vícios iniciais, **importa ressaltar que distintos vícios motivaram posteriores idas à concessionária para fins de respectivas reparações, as quais, consoante se constata da análise dos autos ocorreram dentro do prazo legal do art. 18, §1º c/c art. 26, do CDC.**" (fl. 417, g.n.)*

"No que se refere ao pedido de entrega de outro veículo novo, sem razão à parte, porquanto os vícios apresentados podem ser sanados pelas apeladas" (fl. 425)

*"Consta dos autos que o autor comprou o veículo Peugeot 307 Feline 2.0 automático, de cor vermelha, zero quilômetro, ano 2006/2007, placa JFH-4066, **em dezembro de 2006**, fls. 31/35). O requerente relata que, já nos primeiros dias de uso, o automóvel apresentou problemas.*

*Em carta enviada ao autor pela Coordenadoria do Centro de Atendimento Especializado, Peugeot - CAEP, a Peugeot do Brasil reconheceu que, **em novembro de 2007, peças do veículo foram substituídas**. Conforme narrativa apresentada pela própria parte ré, **nessa ocasião, o veículo permaneceu na concessionária por dezesseis dias, (fl. 101)**. Na mesma comunicação, reconhecendo a reincidência dos problemas no carro, recomendou-se ao autor que se dirigisse à concessionária para realização de testes e diagnóstico*

(fl. 44/45).

Em abril de 2008, cerca de um ano e meio após a aquisição do veículo, após reclamação do autor de que o motor falhava pela manhã e de que o carro parou de funcionar, concessionária da Peugeot constatou que a bateria apresentava, placas em curto circuito, tendo, até mesmo, oferecido serviços por sua própria conta, como cortesia ao cliente (fl. 59).

Além disso, consta dos autos que, em agosto de 2008, o autor precisou deixar seu veículo na concessionária por mais uma semana para verificação e reparo diante de super aquecimento do motor, problemas na caixa de transmissão e outros defeitos, tendo recebido o bem, após o fim do conserto, para fins de testes (fl. 91).

Acrescento que, conforme noticiado e demonstrado pelo autor, houve nova manifestação de defeitos no automóvel em junho de 2010 (fls. 276/280). Nessa ocasião,, o consumidor queixava-se de "tranco forte no câmbio", "demora para responder", "ruído em movimento como se fosse freio acionado", "barulho de algo solto na parte dianteira", o que foi reparado mediante o pagamento de R\$ 7.312,27.

Evidenciada a existência de reiterados defeitos do veículo, de forma excessiva em relação à normalidade dos carros com pouco tempo de uso, caberia às fornecedoras demonstrar que tais problemas não derivavam de defeito originário do veículo. De fato, no juízo de origem, inverteu-se o ônus da prova; atribuindo-se às rés o ônus de provar a inexistência dos problemas do carro (fl.228).

Não tendo as embargantes se desincumbido desse ônus, impende-se concluir que os problemas apresentados pelo veículo são originários à sua fabricação." (fls. 508/509, g.n.)

De fato, a jurisprudência do STJ entende que, "*caso o vício de qualidade do produto não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias, previsto no § 1º do art. 18 do CDC, o consumidor poderá, independentemente de justificativa, optar entre as alternativas indicadas nos incisos do mesmo dispositivo legal, quais sejam: (I) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; (II) a restituição imediata da quantia paga; ou (III) o abatimento proporcional do preço*" (REsp 1591217/SP, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 20/06/2016).

Entretanto, o CDC adota critério objetivo de proteção do consumidor em face da demora do fornecedor em reparar vícios do produto. No caso ora em análise, levando-se em consideração os fatos descritos pelas instâncias ordinárias, verifica-se que não houve o descumprimento do prazo de 30 dias estipulado pelo art. 18, § 1º do CDC,

uma vez que em todas as vezes que o veículo apresentou problemas, sendo estes distintos entre si, foram reparados dentro do prazo legal, não se tratando de vícios insanáveis ou que tornam bem impróprio ou inadequado ao consumo, razão pela qual não se aplica a hipótese de substituição do veículo por um novo ou da restituição da quantia paga.

Como se vê, a orientação do Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, incidindo o óbice da Súmula 83/STJ.

Quanto à alegada violação dos arts. 14 do CDC e 927 do Código Civil, verifica-se que a tese de que é devida indenização por danos materiais causados por defeitos apresentados pelo veículo após o ajuizamento da demanda não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Registre-se, ainda, que inexistente contradição em se afirmar que esse artigo não está prequestionado e, ao mesmo tempo, rejeitar a violação ao art. 535 do CPC/73. Isso porque, a tese não foi suscitada na petição inicial (fls. 6/28), mas em sede de apelação (fls. 311/337), o que configura evidente inovação recursal. Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. 1. NULIDADE PROCESSUAL. NÃO RECONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. 2. JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL OU DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL POR DECISÃO MONOCRÁTICA. POSSIBILIDADE. ART. 932, IV E V, DO CPC/2015. EVENTUAL VÍCIO NA DELIBERAÇÃO UNIPESSOAL É SANADO, MEDIANTE A APRECIÇÃO DA CONTROVÉRSIA PELO ÓRGÃO COLEGIADO, NO ÂMBITO DO AGRAVO INTERNO. 3. INOVAÇÃO DE TESE JURÍDICA NA SEARA DE APELAÇÃO. VEDAÇÃO. INDENIZAÇÃO PELA FRUIÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DO CONTRATO. PEDIDO DEDUZIDO NA PETIÇÃO INICIAL E NA APELAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL NÃO CARACTERIZADA. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O sistema das nulidades processuais é informado pela máxima *pas de nullité sans grief*, segundo a qual não se decreta nulidade sem prejuízo.

2. A jurisprudência desta Casa dispõe no sentido de ser permitido ao relator decidir monocraticamente o recurso, quando amparado em jurisprudência dominante ou Súmula de Tribunal Superior, consoante exegese do art. 932, IV e V, do CPC/2015. Eventual mácula na deliberação unipessoal fica superada, em razão da apreciação da matéria pelo órgão colegiado na seara do agravo interno.

3. *"Com a ressalva da exceção estabelecida no art. 517 do CPC/1973, é vedada a inovação de tese jurídica em sede de apelação. Os efeitos devolutivo e translativo não suprem eventual deficiência das razões recursais"* (AgInt no AREsp 796.773/DF, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 13/9/2016, DJe 6/10/2016). No caso, o pedido de indenização pela fruição do imóvel não foi objeto de inovação recursal, uma vez que foi requerido na petição inicial e denegado na sentença, sendo legítima a insurgência deduzida, nesse sentido, na apelação.

4. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AgInt no AREsp 1008073/MG, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 17/08/2017, g.n.)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. CAUSA DE PEDIR. INOVAÇÃO. NÃO CABIMENTO. DECISÃO AGRAVADA. MANUTENÇÃO.

I. É vedado, em sede de apelação, inovar a causa de pedir não explicitada na petição inicial, inexistindo a alegada violação ao artigo 515 do CPC. Precedentes.

Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1090029/PR, Rel. **Ministro SIDNEI BENETI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 06/11/2009, g.n.)

Com relação ao valor da indenização por danos morais, é pacífico nesta Corte Superior que, em sede de recurso especial, a revisão da indenização por dano moral somente é possível quando o valor arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. A propósito, colhem-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - ATROPELAMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Não constatada violação aos artigos 458, II e 535, II, do CPC/73, porquanto todas as questões submetidas a julgamento foram apreciadas pelo órgão julgador, com fundamentação clara, coerente e suficiente.

2. Para o reconhecimento da existência de causa excludente do nexo causal, concernente à culpa exclusiva das vítimas, seria imprescindível o revolvimento dos fatos e provas juntadas aos autos, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais fixado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do

óbice da Súmula 7 do STJ. No caso dos autos, verifica-se que o quantum estabelecido pelo Tribunal a quo não se mostra desproporcional, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 513.191/DF, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 23/08/2017, g.n.)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. DANO MORAL. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).

2. Admite a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de indenização por danos morais, quando ínfimo ou exagerado.

Hipótese, todavia, em que o valor foi estabelecido na instância ordinária, atendendo às circunstâncias de fato da causa, de forma condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

3. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada" (Enunciado 182 da Súmula do STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1005931/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 22/05/2017, g.n.)

Na hipótese dos autos, a quantia arbitrada em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) não se mostra irrisória, nem desproporcional, tendo em vista a necessidade retornar à concessionária por diversas vezes para reparo de defeitos apresentados no veículo zero adquirido, tendo, entretanto, os defeitos sido reparados dentro do prazo legal em todas as oportunidades.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

